



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
Jardim Rosa Elze s/n - São Cristóvão (SE) CEP 49.100-00

**REPRESENTAÇÕES DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA
NOS LIVROS DIDÁTICO DE HISTÓRIA DAS ESCOLAS
PÚBLICAS SERGIPANAS (2010 – 2014)**

SÃO CRISTOVÃO/SE

2015

DIEGO VINICIUS SANTOS NASCIMENTO

**REPRESENTAÇÕES DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS
DIDÁTICO DE HISTÓRIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS SERGIPANAS (2010 – 2014)**

Artigo científico apresentado para a disciplina:
Prática de Pesquisa Histórica, sob orientação
da Prof. Dra. Célia Costa Cardoso

SÃO CRISTOVÃO/SE

2015

SUMÁRIO

Introdução.....	05
A História do Livro Didático no Brasil.....	09
O início da Era do PNLD.....	15
A Ditadura Militar Brasileira nos livros didáticos de história, aprovados no PNLD (2010-2014).....	19
Resumo Histórico da Ditadura Militar brasileira.....	20
A Ditadura Militar Brasileira nos livros didáticos.....	26
Considerações Finais.....	34

REPRESENTAÇÕES DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS SERGIPANAS (2010-2014)

*Diego Vinicius Santos Nascimento**

Resumo: O livro didático é considerado pelas pesquisas realizadas em território nacional, como a ferramenta mais utilizada na sala de aula, perdendo apenas, em nível de importância, para o trabalho do professor. Discentes e docentes o utilizam como fonte principal de conhecimento, tanto na realização de atividades em classe, como na montagem das aulas e leituras obrigatórias. Percebendo a sua influência na formação dos estudantes brasileiros e a grande significância para o modelo de ensino-aprendizagem utilizado no país. Desse modo, analisaremos como os livros didáticos, de diferentes épocas, apresentam o tema referente à Ditadura militar brasileira. Com essa análise poderemos perceber resquícios da ideologia que figurava em cada época da produção e distribuição dos livros didáticos nas escolas estaduais sergipanas.

Palavras Chaves: Ensino de História – Ditadura – Livros didáticos.

Abstract: The course book is considered by the studies carried out in national territory as the most used tool in the classroom, second only in importance level, for word the teacher. Students and teachers use as a main source of knowledge, both in conducting classroom activities, like in assembling of classes and required readings. Realizing its influence in the formation of the Brazilian students and the great significance for the teaching-learning model used in the country. Thereby, we'll analyze how the course book from different times, present the theme regarding the Brazilian military dictatorship. With this analysis we can perceive remnants of the ideology that appeared in every period of production and distribution of course book in Sergipe state schools.

Key Words : History teaching - Dictatorship - Textbooks .

* Bolsista pela CAPES/MEC/UFS do PIBID História (Programa de Iniciação a Docência/Agosto de 2013 até fevereiro de 2015). Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História sob a orientação da Prof.^a .Dra. Celia Cardoso Costa.

1. Introdução

O livro didático é a ferramenta mais utilizada na sala de aula, perdendo apenas, em nível de importância, para o trabalho do professor, o qual é o responsável pela sua utilização. Ele é aproveitado por docentes e discentes como fonte principal de conhecimento, está inserido nas atividades em classe, assim, como na montagem das aulas e leituras obrigatórias para provas. Apesar dos avanços tecnológicos, o que possibilita o uso de novos recursos em sala de aula, como computadores, filmes e música, o livro didático vem se transformando para se adequar a essas novas possibilidades, tendo em seu novo conteúdo as transformações e progressos que a sociedade produz com o passar do tempo. Desse modo, analisaremos como os livros didáticos, de diferentes épocas, apresentam o tema referente à Ditadura Militar brasileira, para que possamos perceber a sua influência na formação ideológica dos estudantes brasileiros e a grande significância para o modelo de ensino-aprendizagem utilizado no país. Iremos analisar os livros didáticos de história do ensino médio utilizados pelas escolas públicas de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2014. Escolhemos esse recorte de tempo por ele representar as atuais configurações de distribuição do livro didático no ensino público brasileiro.

Seguindo a linha de raciocínio da autora, Ana Lúcia G. de Faria¹, que classifica o livro didático da seguinte forma: “O livro didático é um veículo utilizado pelas escolas públicas para a transmissão da ideologia burguesa.” (FARIA, 1994). Entendemos que o livro didático está diretamente ligado as ideologias de cada época, imposto pela atual classe dominante. E é nesse viés que nosso objetivo vai se configurar. Perceber no conteúdo escolhido, as marcas de uma ideologia, que é imposta aos alunos das escolas públicas, produzida por questões políticas, econômicas e culturais, que nem sempre, são fiéis as reais situações dos acontecimentos históricos ou que transmitem um discurso distorcido dos fatos.

O livro didático, nas configurações que estamos acostumados a trabalhar, é um recurso considerado recente, pois só foi introduzido de forma obrigatória a partir de 1985 com a criação do PNLD² que substituiu o PLIDEF³, com a edição do Decreto nº 91.542 de

¹ Desde 1984 é docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tem publicações, pesquisas e orientações de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Pedagogia e Formação Docente. Desde a finalização do pós-doc (bolsa PDE/CNPq) na Università degli Studi di Milano-Bicocca, em setembro de 2010 é membro do Colégio Docente de Doutorado da mesma. (Texto informado pelo autor).

² O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. (BRASIL, 1985).

19/08/1958. O PNLD será importante, pois organizará a estrutura do livro didático, garantindo sua distribuição para professores e alunos, de forma universal e gratuita. Outro ponto importante, que também ajudará na formação de nosso trabalho, será o processo seletivo, que o PNLD vai utilizar nas escolhas dos novos livros. Esse processo advém de uma avaliação realizada um ano antes por professores selecionados. Os materiais apresentados pelas editoras passam por uma seleção, e posteriormente são publicados, pelo MEC, em forma de guias de livros didáticos, distribuídas para todas as escolas públicas do Brasil, contendo as resenhas das coleções consideradas aprovadas.

O conteúdo escolhido para ser analisado nos livros didáticos será a Ditadura Militar Brasileira. Optamos por esse tema, pois consideramos escassos trabalhos engajados nesse segmento específico o que nos possibilita a trabalhar de forma diferente o tema, já trabalhado em outras pesquisas. Através de comparações entre livros didáticos de diferentes épocas, ligar os pontos que se divergem entre si para criar uma reflexão referente ao tema proposto. As ideologias impostas nos materiais selecionados pelo governo é a nossa problemática. O debate acerca da Ditadura Militar Brasileira entrará em segundo plano, pois o que nos interessa nessa pesquisa é entender o processo histórico da montagem desses conteúdos e as ideologias presentes neles.

Nosso objetivo, além de analisar os discursos sobre a Ditadura Militar Brasileira presentes nos livros didáticos de história das escolas públicas de Sergipe entre 2010 e 2014, será refletir sobre as ideologias nos livros didáticos e entender o processo histórico do livro didático como difusor de ideais da classe dominante.

No decorrer desta pesquisa surgem algumas hipóteses, como conseguir entender que não existirá um livro didático perfeito, ou seja, um livro totalmente fiel aos acontecimentos históricos. Como não é possível afirmar que um livro será melhor que outro. Também não será viável denunciar os livros analisados, pois utilizando da afirmação de FARIA: *“Denunciar que os livros didáticos mentem, traz implicações seríssimas: Vamos fazer um que fale a verdade! Mas nasce uma pergunta: é possível?”* Por conta disto, ficaremos restritos a questionar nossas fontes e não realizar afirmações, com o objetivo de produzir nossas reflexões. Por fim, teremos a figura do professor como o reprodutor dessa ideologia, pois, ele pode ser aquele que apenas conduz os alunos a seguir o material didático ou pode ser aquele que leva os alunos a observar de forma crítica os conteúdos do livro. Tudo

³ Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental.

dependerá da sua formação e das suas preferências políticas.

Sobre a escolha de nosso tema, ele surgiu a partir do contato que nós tivemos com o programa da Capes, o *Pibid*⁴ *História* da Universidade Federal de Sergipe, que é coordenado pela Professora Doutora Celia Costa Cardoso. Por estarmos em convívio constante com o universo escolar, aflorou a ideia de estudar o livro didático. Nossa pesquisa justifica-se pela necessidade de debater os conteúdos dos livros didáticos de história, pois eles são fundamentais no sistema educacional brasileiro, como está exposto no Plano Curricular Nacional: “Dentre os diferentes recursos, o livro didático é uma das matérias de mais forte influência na prática de ensino brasileiro” (BRASIL, 1996). Por conta disto, é preciso entender o discurso produzido por esse material e refletir seus resultados. Portanto, consideramos válido nosso trabalho para o meio acadêmico, entendendo que, ao final de nossa pesquisa, estaremos contribuindo com o enriquecimento intelectual da Universidade e de futuros pesquisadores que se interessarem por esse mesmo assunto.

Realizar essa pesquisa também nos possibilitou conhecer diversos trabalhos que seguem uma linha parecida com a nossa, os quais irão nos ajudar na compreensão do livro didático e na produção de nossas análises. Dentre os diversos autores, optaremos por alguns, os quais nós consideramos fundamentais para nossa pesquisa. Inicialmente, podemos destacar os trabalhos realizados pela autora Circe Maria Fernandes Bittencourt⁵, que em uma de suas atribuições ao livro didático, diz ser “Os mais usados no universo escolar”. (BITTENCOURT, 2010). Analisando, em especial, seu livro “*Ensino de História: Fundamentos e métodos*”, no qual ela trabalha três pontos fundamentais: História escolar: perfil de uma disciplina; Métodos e conteúdos escolares: uma relação necessária; e Matérias didáticas: concepções e usos. Esse trabalho nos ajudará a compreender questões relevantes do ensino de história, e também compreender a importância do professor no sistema escolar e a utilização dos recursos didáticos, dentre eles, o livro.

Já o Décio Gatti Júnior⁶, que possui muitos trabalhos focados no estudo dos livros didáticos, qualificando sua importância para a educação brasileira, como nessa pequena passagem do seu artigo “Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações”: “*Os livros didáticos, também chamados de manuais escolares ou livros*

⁴ Programa Institucional de Bolsa à Iniciação a Docência.

⁵ Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993). Atualmente é professor pós-graduação da Faculdade de Educação USP e da Pontifícia Universidade Católica- SP. **(Texto informado pelo autor)**

⁶ É Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio pós-doutoral concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Educação. **(Texto informado pelo autor)**.

escolares, são artefatos que desde há muito tempo ocupam o cenário escolar, a ponto de conjuntamente a professores e alunos consubstanciarem, perante a sociedade, o que há de mais fundamental no universo escolar” (GATTI, 1997). Suas pesquisas vão ser nossa base na montagem da História do livro didático no Brasil, um dos tópicos que iremos apresentar neste trabalho. A ideia principal desse tópico será a montagem de um breve resumo histórico do livro didático no Brasil, narrando suas principais transformações, que abrange desde os antigos manuais ao material moderno de hoje. Com isto, entenderemos todo o processo de formulação e modernização dos livros didáticos, entendendo também os meios de produção e distribuição.

Com relação ao roteiro de análise e o entendimento da ideologia nos conteúdos dos livros didáticos escolhidos, utilizaremos a autora Ana Lúcia G. Faria, e sua obra “Ideologia no livro didático”, como guia roteador. Nesse livro, que inicialmente era uma tese de mestrado, ela trabalha a questão do conteúdo referente ao “trabalho” nos livros didáticos, possibilitando perceber como tratar de forma específica um determinado conteúdo e torná-lo o objeto de estudo complementar, assim como nossa problemática. Para ela o livro didático é rico de significados e serve principalmente para a produção ideológica da classe dominante sobre a classe subalterna. Entender a ideologia do livro didático é refletir sobre o seu processo de produção, assim como as escolhas das editoras e a montagem dos guias pelo PNLD.

Sabendo que nossa fonte principal é o livro didático de história é preciso compreender que sumariamente estamos trabalhando um resumo de discursos que caminha de um ideário de seu autor. Para compreender a questão dos discursos, utilizamos essa citação do artigo Ideologia e livro didático, da autora Danielle Baretta⁷:

Considerando-se o quadro teórico da Análise do Discurso, os efeitos de sentido dependem das condições de sua produção e é a partir dessas condições que os sinais presentes no discurso devem ser analisados. Para a Análise do Discurso, o sujeito é constituído pela linguagem, e a linguagem que o constituiu é a linguagem da sua sociedade, da sua história, determinadas ideologicamente. (BARETTA, 2012.)

Ou seja, o discurso deve ser estudado pelo meio de sua produção, pelo homem que a produziu e o que levou esse homem produzir determinado discurso. É importante elencar que o termo “ideologia” não é aplicado em nosso trabalho como algo negativo. Não é nosso objetivo desconstruir, pois, pelo nosso entendimento seria impossível produzir um livro didático sem as marcas ideológicas daquele homem que o produziu. Seguimos a lógica

⁷ Aluna do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas.

definida pela filósofa marxista Marilena Chauí⁸ no entendimento do que é a ideologia e o que ela deve representar na sociedade:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas e regras (de condutas) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é portanto um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja a função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referências identificadores de todos e para todos, como por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou Estado. (CHAUI, 1983.)

Portanto, devemos reconhecer que os conteúdos são representações da ideologia de um governo, e com isso teremos as possibilidades para melhor entender e refletir sobre as características encontradas nos livros didáticos.

A metodologia que iremos utilizar é justamente a análise dessas produções, a maneira que suas imagens, atividades e textos retratam o conteúdo nos livros didáticos. Nesses detalhes é que iremos trilhar nossa reflexão sobre possíveis apologias e predileções por determinados conteúdos da Ditadura Militar Brasileira. Esses ideários produzidos nos livros didáticos identificam uma forma de esconder e afirmar desigualdades sociais, seguindo uma visão marxista, que atribui essa relação às lutas de classes, cabendo aos prejudicados desvendar essas falsas representações impostas nos materiais e distribuída para os discentes de todo o país (CATELLI⁹. 2007).

2. A História dos livros didáticos no Brasil.

Para iniciar um estudo sobre o livro didático de História primeiramente é preciso conhecer um pouco da história do livro didático no Brasil. Nas próximas páginas iremos trazer, de forma resumida, um pouco da trajetória dessa ferramenta tão utilizada por discentes e docentes no universo escolar.

Antes de começar com o resumo histórico do livro didático, vamos traçar um

⁸ Doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo (1971). Atualmente é professora titular da Universidade de São Paulo.

⁹ É Doutor em Educação pela Faculdade de São Paulo. Atualmente é coordenador da Unidade de Educação de jovens e adultos da ONG Ação Educativa.

perfil para ele, respondendo essas duas perguntas: O que é o livro didático? E qual é a sua utilidade? Segundo um texto retirado de um *site*: www.todospelaeducacao.org.br/ (Acessado em dezembro de 2014) do governo federal, denominado *Todos pela educação*, “o livro didático é um valioso recurso para acesso à cultura e o desenvolvimento da educação, já que este, em muitos lares brasileiros, é o primeiro livro, abrindo caminho para o hábito da leitura e do aprendizado”. No cenário educacional brasileiro, o livro didático é um importante instrumento de apoio ao trabalho do Professor e referência na formação de mais de 50 milhões de crianças e adolescentes matriculadas em Escolas públicas e privadas. Seu propósito, segundo Sérgio Quadros¹⁰, é estabelecer uma forte parceria com o professor. Juntos eles podem converter em realidade os mais nobres ideais da Educação. Para alguns autores, como Circe Bittencourt, a sua função é de sistematizar o conhecimento escolar, e ele só será útil se houver na sala de aula um bom professor, ou seja, os alunos poderão ter nas mãos um material formidável, mas este só será bem utilizado se houver um bom profissional da educação para orientá-los no seu uso. Essas são as atribuições que mais coincidem com nossas perspectivas de definição e utilização do livro didático.

Iniciando nosso breve resumo sobre o livro didático no Brasil, vamos adentrar desde as primeiras cartilhas escolares, os quais poucos alunos tinham acesso, até os livros didáticos atuais, os quais são obrigatórios e gratuitos para todos os alunos matriculados na rede pública de ensino, perceber essas transformações possibilitará entender um pouco da sua importância na educação dos jovens brasileiros, como também as manifestações políticas na sua produção e controle ideológico na difusão de conhecimento.

Seu surgimento, aqui no Brasil, está ligado a uma série de fatores, desde o mais distantes com a descoberta da escrita e a produção de materiais impressos em papel pelos chineses, até as mais “recentes” como a vinda da Família Real para o Brasil, mas como nosso objetivo não é fazer um detalhamento extenso desse processo, nós vamos pular essas etapas iniciais da escrita e produção de livros, e ir direto ao surgimento dos primeiros materiais ditos como didáticos no Brasil.

Em Portugal já era comum o uso de cartilhas, conhecida como “Cartilha Maternal”, que era utilizada na alfabetização dos filhos dos nobres. Essas *Cartilhas* fizeram tanto sucesso que foram incrementadas nas colônias, porém com um material mais simples e de acesso extremamente limitado. Segundo Catiane Colaço¹¹ em seu artigo *Livro didático: um olhar nas entrelinhas de sua história* (2010), esse foi o primeiro manual de alfabetização dos

¹⁰ Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros).

¹¹ Formada em Pedagogia pela UNICENTRO.

brasileiros. Esses livros, segundo ela, eram todos importados da Europa, pois era proibida qualquer publicação de livros aqui no Brasil, pelo menos até a chegada da Família Real no Brasil em 1808.

Já em 1929, depois de algum progresso na produção de livros, porém ainda muito restrito, que se inicia a trajetória de criação de um órgão específico para viabilização dos livros didáticos, com a fundação do Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha como objetivo ajudar na legitimação do livro didático nacional, dando possibilidade do aumento de sua produção. Pelas pesquisas de Neli Klix¹² e Melissa Haag¹³, podemos afirmar que foi no governo de Getúlio Vargas, em 1934, que a INL recebeu de fato atribuições para que pudesse realizar ações que contribuíssem no aumento de bibliotecas públicas e na montagem de enciclopédias e dicionários, possibilitando um prelúdio na produção de livros, totalmente nacionais, voltados para o ensino. E em 1938 o livro didático, enfim entrou na pauta do governo, pelo Decreto de Lei nº 1.006, de 30/12/1938, que garantia em seus artigos, a liberdade de produção e importação de livros didáticos, porém também foi proibido o uso de livros didáticos que não tiveram a autorização prévia do Governo, escrito no **Art. 3º** “*A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República*¹⁴”. Para garantir isso, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Essa comissão tinha como objetivo legislar e controlar a produção do livro didático, além de assumir uma função de controle político-ideológica, assumindo até mesmo mais do que sua função didática no país, mas ela só foi viabilizada em 26/12/1945, pelo Decreto-Lei nº 8.460, contando com a figura do Professor para a escolha dos livros a serem utilizados pelos alunos, vale lembrar que este material ainda era restrito para grande maioria dos alunos e sua distribuição não era garantida para todas as escolas públicas, garantidas no **Art. 5º**:

Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado¹⁵.

¹² Doutora em Psicologia. Atualmente é Professora no Departamento de Artes Plásticas (CEART – UDESC)

¹³ Mestre em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

¹⁴ Texto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 30/12/2014.

¹⁵ Texto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 30/12/2014.

Nesse texto fica claro que, mesmo inseridos no processo de escolha dos livros didáticos, os professores ainda estavam restritos as obras selecionadas pelo Governo. Essas medidas impostas pelo presidente Vargas, se tornam um ato de autoritarismo, pois revela uma das funções pretendidas pela política do livro didático na época, a de difundir uma ideologia e impor um modelo de aprendizagem, como melhor podemos observar nesse trecho da sua dissertação de mestrado *Política do livro didático para o ensino médio: fundamentos e práticas*, de Fernando Garcez de Melo¹⁶:

Por conseguinte, o livro didático somou-se às práticas de governo que pretendeu padronizar comportamentos, atividades e interesses da juventude brasileira. Apesar de o livro didático ter sido posto como objeto de controle da educação, o alcance desse objetivo ficou aquém do esperado devido a obstáculos na materialização de sua pesquisa. (MELO, 2012 p. 17).

Já em 1966, acontece um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Acordo que possibilitou ao MEC recursos suficientes para a distribuição de 51 milhões de livros no período de três anos. Essa parceria resultou na criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), responsável pela coordenação das ações referente à produção, edição e distribuição do livro didático. Esse acordo inaugurou um novo cenário na distribuição de livros didáticos no Brasil, apesar de impulsionar a produção e aquecer o mercado do livro didático, segundo Melissa Haag, ocasionou críticas principalmente de alguns educadores, e do SNEL (Sindicado Nacional de Editores de Livros), que precisaram refazer seus manuais. O MEC-USAID, foi considerado como um dos atos de autoritarismo brasileiro. A parceria se dava em uma condição, o governo realizavam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o restante do processo na edição dos livros didáticos.

É importante entender que essa parceria também significou um acordo político decorrente ao Golpe Civil-Militar de 1964, o qual foi apoiado pelo Governo Norte americano. Essas mudanças políticas refletiram também na formação dos professores “Na educação, destacam-se dois movimentos atuantes como eixos axiológicos: a ideologia tecnocrática e a proletarianização docente” (MELO, 2012, p.22). O livro didático assumiu o papel de colaborador dessa nova ideologia que figurava no país, difundido seus ideais, e educando uma nação. A proletarianização docente é resultante de uma reformulação na formação dos professores, os

¹⁶ Mestre em Educação pela Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2012.

quais deveriam se enquadrar no novo sistema, conforme Ferreira Júnior e Bittar (p.1162): “a proletarização do professorado não significou apenas um empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que antiga categoria possuía, ou seja, a velha formação social composta de profissionais liberais – como médicos, engenheiros e advogados, etc.”. Podemos notar como o livro didático e o professor sempre realizam um papel em conjunto, não importa a condição que eles estejam empregados, um sem o outro, o objetivo não será completo.

Nos anos seguintes essa parceria foi desfeita. Em 1970, o Ministério da Educação com a portaria nº 35 de 11/03/1970, cria o sistema de coedição de livros juntamente com as editoras nacionais, utilizando recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). Medida que contribuiu para o fim da parceria MEC/USAID, já que esta organização internacional não mais financiaria a produção dos materiais didáticos brasileiros, proporcionando uma mobilização do governo federal em criar um fundo de contribuições financeiras para as unidades federadas, denominado como *Fundo do Livro Didático*. Logo no ano seguinte (1971), já desfeita a união entre o MEC/USAID, a INL passa a desenvolver o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo todas as responsabilidades administrativas e de gestão dos recursos financeiros, que até então era gerenciada pelo COLTED, extinto no mesmo ano.

Meia década depois, em 1976, o governo inicia a compra de boa parte dos livros a serem distribuídos para as escolas e unidades federadas, medida que foi sancionada com o Decreto nº 77.107, de 4/2/1976, ano que também foi marcado com o fim do INL, logo substituído pela Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), como consta no **Art. 1º**. “*As atividades relativas à edição e distribuição de livros textos, atualmente sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro, passam à competência da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME¹⁷)*”. A FENAME se tornou responsável pela execução do PLIDEF, mas apesar da compra ser realizada com os recursos do Fundo Nacional da Educação (FNDE) e da contribuição dos estados, o governo teve que cancelar a distribuição dos livros para a grande maioria das escolas municipais, pois não conseguiu suprir a demanda necessária de distribuição por falta de verba.

Um fato que nos possibilita a entender o uso do livro didático pelo Governo para difundir seus ideais, é nítido na época dos “anos duros do regime” como cita Fernando Melo, os livros didáticos sofreram um rígido controle. Os autores dessa época editaram suas obras

¹⁷ Texto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 30/12/2014.

para defender o sistema político vigente, pois era a única maneira de ter seus livros comprados. Porém, em 1979, com o aumento da pressão dos movimentos sindicais e sociais, os novos autores de livros didáticos produzem alguns materiais que são contra o regime, na tentativa de animar a juventude para a luta contra a política vigente.

Já em 1983 é criada a FAE – Fundação de Assistência ao Estudante, que substituiu a FENAME, medida utilizada para resolver alguns problemas relativos aos livros didáticos, como a coedição, tornando o MEC responsável pela compra dos livros nas editoras. A FAE, segundo Fernando Melo, realizou mudanças na avaliação dos livros, agora seria tarefa de cada Estado realizar suas próprias avaliações, essa medida, por meio da portaria nº 409, em 1984, elaborada pelo então Ministro da Educação Eduardo Portella, pela justificativa de ser uma maneira de respeitar as regionalidades e as culturas locais. Outro fato foi incorporação com o PLIDEF e também a solicitação da participação dos professores nas escolhas dos livros didáticos, em alguns estados os professores já realizavam essa ação, pois estes que tinham essa função eram a favor do regime. Nesse período surgiam mais denúncias, conforme Melissa Haag, ainda existia um atraso na distribuição dos livros, a pressão das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros, ou seja, o controle ideológico continuava presente, o governo não abria mão da edição e escolha dos conteúdos, o que possibilitava manter a educação dos jovens brasileiros sobre o domínio do regime.

O livro didático, desde os anos 40 até o início dos anos 80, esteve em um processo conflituoso em meio às discussões de sua política de produção e distribuição, conforme Fernando Melo, diante de características de um governo centralizador, o livro didático se tornou um instrumento privilegiado para o desenvolvimento do ensino dos jovens brasileiros e um mecanismo difusor de ideologias. Sobre a contribuição dos alunos e professores, durante esse período, na construção dessas políticas públicas do livro didático, o autor ainda afirma que existiu uma oscilação entre a possibilidade de escolha a partir de uma pré-lista, a recepção de materiais únicos e o livro do professor. Gerando um misto de conflitos, vigilância e expansão do livro escolar. Outro ponto para ser destacado é do melhoramento do material pela concorrência das empresas privadas geradas pelo Governo.

2.1. O início da “era” do PNLD

O PNLD, atual programa do livro didático, foi criado um ano depois, em 1985, no

governo de Sarney, período marcado pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização, o Plano Nacional do Livro Didático sancionado no Decreto de Lei nº 91.542, de 19/8/1985, trouxe várias mudanças no sistema de distribuição e produção de livros. Sua finalidade é de distribuir livros escolares para todos os alunos matriculados na rede pública de ensino. Os professores também são envolvidos no processo, como podemos notar no **Art. 2º**: “*O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados*”¹⁸. Sua aprovação necessitaria de algumas exigências como atender as peculiaridades do país, e que os professores realizassem permanentes avaliações dos livros propostos. Outra medida foi à reutilização dos livros, a qual o governo esperava alimentar os bancos de livros didáticos, já que eles seriam reaproveitados e daria para produzir em uma escala de tempo maior, tendo em mente a produção de livros com mais durabilidade e qualidade de impressão, pondo fim os livros descartáveis e estimulando os usuários à conservação do material. A responsabilidade financeira também foi remanejada com esse decreto, agora os gastos seriam totalmente do Governo Federal, acabando com as contribuições dos Estados.

O PNLD também representou uma manobra do novo governo para apagar a imagem do autoritarismo do governo passado, dando direitos sociais ao povo e demonstrando o início de uma nova era, com a extinção dos programas ligados ao livro didático da época, como poderemos notar nesse trecho da dissertação de mestrado de MELO:

A produção do PNLD e consequente do apagamento do existente condizem com uma estratégia política cujo objetivo foi de agregar valor positivo a determinado governo, que não quer ter sua imagem política associado ao governo anterior que, nesse caso, era uma ditadura. Ainda mais pela FAE, e particularmente a sua política de livro didático (PLIDEF), configura-se como uma medida assistencialista e conjuntural (HÖFLING, 1993), contribuindo para uma educação de baixa qualidade ofertada para a população em situação de risco. (MELO, 2012 p.31)

Para se entender melhor PNLD é preciso levar em consideração dois programas, de momentos distintos, e que configuraram sua estrutura entre 1985-1995. O primeiro foi elaborado em 1985, pelo então ministro da Educação Marco Maciel, denominado *Educação Para Todos: todo caminho para a mudança*, e o segundo elaborado pelo MEC, em 1993, conhecido como *Plano Decenal de Educação para Todos*. O programa Educação para todos, 1985, conforme CASSIANO (2007), foi um componente da política social do governo, que

¹⁸ Texto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 30/12/2014.

tinha objetivo de construir uma democracia e a promover o desenvolvimento da economia. Um dos planos traçados nesse sentido foi à universalização do ensino, apoiados no investimento da merenda escolar e do livro didático.

Já o Plano decenal de educação para todos (PDET), 1993, foi o resultado de uma conferência realizada em 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia, promovida pela UNESCO, com ajuda de alguns órgãos como o PNUD, UNICEF e Banco Mundial. A Conferência Mundial da Educação para todos teve a participação de 155 países e centenas de organizações da sociedade civil. (BEZZERA E LUCA, op.cit.,p.32). O MEC liderou a elaboração do Plano aqui no Brasil, o qual pretendia em 10 anos, avanços significativos na educação brasileira. Dentre os objetivos estavam à melhoria qualitativa do livro didático, a capacitação adequada do professor, que tinha sido prejudicada na época da Ditadura, e a implementação de uma nova política para o livro didático.

Apesar das grandes mudanças propostas pelo PNLD, da criação dos programas Educação para todos e do PDET, à distribuição de livros didáticos não foi totalmente concretizada e o programa atravessou muitas dificuldades entre 1985 e 1997, não sendo cumprido o que havia sido planejado. Em 1992, houve uma queda orçamentaria o que ocasionou uma redução significativa, beneficiando apenas com os livros didáticos os alunos que cursavam até a 4ª série do ensino fundamental, deixando carente de material as demais séries. Com essa queda de produção e distribuição o Governo, através da Resolução CD FNDE nº 6, em 1993, vincula recursos que garantiram a aquisição dos livros didáticos, conseguindo regularizar um fluxo de verba necessária para manter programa. Já em 1994, o Brasil investe 110 bilhões de reais na compra de livros didáticos, e busca junto a UNESCO a elaboração de uma cartilha de avaliação dos livros, denominada como “Definição de Critérios de Avaliação dos Livros Didáticos”, MEC/FAE/UNESCO.

Em um novo ritmo de organização os livros didáticos passam a ser distribuídos para o ensino fundamental de forma mais gradual e universalizada, em 1995 e 1996 são contemplados mais disciplinas como matemática, língua portuguesa e ciências. Em 1996 também acontece o primeiro processo de avaliação pedagógica dos livros que foram inscrito no PNLD, sendo enfim, publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos”. Os livros inscritos foram avaliados por critérios desenvolvidos pelo MEC, que avaliavam principalmente erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou qualquer tipo de discriminação, o que nos levar a refletir sobre uma possível manipulação de conteúdo, já que o governo pode barrar quaisquer segmentos teóricos e ideológicos diferentes dos que ele deseja transmitir.

Fizeram parte deste processo o material destinado aos estudantes de 1º a 4º série do ensino fundamental. Essa avaliação é bem parecida com as que são usadas atualmente, sendo que hoje abrange todos os níveis escolares, tanto os fundamentais como os médios (HAGG, 2009).

No ano seguinte, 1997, o MEC cria os primeiros livros didáticos destinados exclusivamente ao ensino de História e Geografia. É nesse ano também que no mês de fevereiro é extinta a FAE, passando todas as responsabilidades pelo PNLD para o FNDE. Essa medida fez com que o Governo Federal passasse a distribuir e garantir os livros didáticos de forma contínua, ou seja, é a partir de 1997 que o país consegue firmar a política de distribuição dos livros didáticos, sendo oferecidos livros de alfabetização, português, matemática, ciências, estudos sócias, história e geografia. Esse novo formato do PNLD abrangia alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.

Três anos depois, em 2000, o programa já bem mais desenvolvido, consegue pela primeira vez entregar os livros didáticos um ano antes de serem utilizados. Os livros que seriam utilizados em 2001 foram avaliados e entregues no ano de 2000. Esse modelo antecipado do PNLD, onde se realiza a compra de livros e a avaliação dos mesmos, para serem utilizados no ano seguinte, pendura até os dias de hoje, ou seja, o MEC distribui os livros aprovados no PNLD um ano antes de serem utilizados por alunos e professores.

Os livros para o ensino médio, os quais nós iremos analisar neste trabalho, só foram incrementados em 2003, segundo o Portal do FNDE, a partir da Resolução CD FNDE nº 38, de 15/10/2003, pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Em 2004, o programa tem seu primeiro ano de funcionamento de forma piloto, foram distribuídos os primeiros livros de matemática e português. Esses apenas para os alunos do Norte e do Nordeste, e com duração de três anos. Nesse mesmo ano é inaugurado o sistema Siscort, sistema direcionado a registrar e controlar o remanejamento dos livros e a distribuição da reserva técnica, esse sistema foi implantado em todos os estados para os livros de 1ª a 4ª série. Este sistema foi bastante útil, pois organizou a distribuição, baseando-se na quantidade de alunos matriculados em cada escola.

Já em 2005, o PNLEM distribuiu para todas as regiões os livros didáticos de ensino médio das matérias referentes a português e matemática. Em 2007, foram distribuídos os livros de História para o ensino médio, ano que aconteceu sua primeira avaliação para a utilização do material em 2008. Demais matérias como Química, Geografia e Física, tiveram também seus livros distribuídos. Nesse intervalo de tempo ocorreu a publicação da resolução

CD FNDE 18, de 24/04/2007, a qual regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), na busca de alfabetizar e escolarizar pessoas de quinze anos ou mais.

Em 2009, conforme o Portal do FNDE, houve a compra de 114,8 milhões de livros didáticos para 33,6 milhões de alunos da educação básica, livros que seriam utilizados no ano de 2010, representando o montante de R\$ 622,3 milhões de reais. 2009 também foi o ano onde foram publicadas duas importantes resoluções, a primeira CD FNDE nº 51, de 16/09/2009 regulamentava o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). A segunda, resolução CD FNDE nº 60, de 20/11/2009, estabelece novas regras para a participação do PNLD, o qual obrigava as escolas públicas e as escolas federais, a aderirem o programa, valendo a partir de 2010, só com a regulamentação da inscrição, que escolas poderiam receber os livros didáticos. Essa resolução também incluiu o ensino médio no âmbito de atendimento do PNLD, adicionando mais livros didáticos como o de Língua estrangeira, que passou a ser obrigatória para o ensino médio, e livros de sociologia e filosofia em volumes únicos.

Em 2010 foram aumentados os investimentos, tanto para o ensino médio como para o EJA. Foi publicado também, o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, o qual dispõe sobre a execução e as normas dos programas ligados ao material didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola. Seus objetivos estão escritos no **Art. 2º**: São objetivos dos programas de material didático:

- I – melhoria do processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II – garantia de padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizadas nas escolas públicas;
- III – democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV – fomento à leitura e o estímulo à atitude de informação investigativa dos alunos;
- e
- V – apoio à utilização e ao desenvolvimento profissional do professor¹⁹.

O ano de 2011 foi marcado pela compra de livros de Inglês e Espanhol para serem utilizados em 2012, conforme a Resolução CD FNDE nº 51 de 2009. O PNLD de 2012, conforme o portal do FNDE, foi o ano marcado pelos avanços tecnológicos nos livros didáticos. Avanços que possibilitaram uma nova estrutura digital, o qual daria a oportunidade de usuários da educação nacional, acessarem on-line o material didático. Foi aberto um edital

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007/2010/Decreto/D7084.htm. Acessado no dia: 5/01/2014.

na procura de novos parceiros, que realizassem essa ação, seu objetivo era a constituição de acordos de cooperação entre o FNDE e instituições interessadas para a estruturação e a operação do serviço virtual. Nesse mesmo ano foi realizado, pela primeira vez, o complemento do material didático com mídias em DVD. Os editores puderam escrever no âmbito do PNLD de 2014, objetos educacionais digitais complementares ao livro impresso. Nesse material contêm jogos educativos, simuladores e infográficos animados, que podem ser utilizados sem o auxílio da internet, já que nem todas as escolas possuem o acesso à rede. As escolas receberam no fim de 2014 o DVD com esse novo recurso. Nos anos de 2013 e 2014 o PNLD funcionou normalmente, sem haver nenhuma alteração na sua formula ou decreto que modificasse a estrutura de avaliação e distribuição.

3. A Ditadura Militar Brasileira nos livros didáticos de história, aprovados no PNLD (2010-2014).

Nas próximas páginas, nós iremos adentrar nas análises dos livros didáticos de história que foram utilizados nas escolas públicas de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2014. Com essas análises pretendemos refletir sobre as ideologias impostas no conteúdo referente à Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Todos os livros utilizados foram aprovados pelos pelo PNLD, ou seja, o material escolhido passou por um processo de avaliação do governo. O roteiro de nossas análises será definido por quatros pontos que consideramos importantes, são eles: a) Apresentação do conteúdo referente à Ditadura Militar Brasileira; b) Reflexão sobre imagens e textos adicionais; C) Descrição de atividades propostas pelo autor.

Como já foi citado anteriormente, nosso roteiro foi inspirado no livro *Ideologia no Livro Didático* de Ana Lúcia G. de Faria, o qual ela trabalha a concepção de “Trabalho” nos livros didáticos. Para a montagem de nosso resumo sobre o Regime Militar, utilizaremos como base principal a coleção de livros: *A Década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política*, *A Década de 70. Apogeu e a crise da ditadura militar brasileira* e *a Década de 80. Brasil: Quando as multidões voltou às praças*, de Maria Helena, Nadine Habert e Marly Rodrigues, respectivamente, que discorrem sobre o período onde se conviveu com a Ditadura Militar Brasileira de uma forma específica e bem próximo à linguagem dos livros didáticos.

3.1. Resumo Histórico da Ditadura Militar Brasileira

Antes de iniciar nossas análises, iremos fazer um resumo geral nas próximas paginas, sobre a Ditadura Militar Brasileira, partindo desse ponto para compreender as definições utilizadas pelos autores dos livros didáticos e refletir sobre os aspectos divergentes, caso eles existam. Na montagem desse resumo utilizamos os conceitos que mais se aproximam aos encontrados nos livros didáticos.

“Entre o primeiro disparo telefônico de Mourão na madrugada de 31 de março de 1964 e o telefonema do general Castello Branco a um deputado amigo, informando que a fatura estava liquidada, no início da tarde de 1º de abril, passaram-se 32 horas” (GASPARI, 2004, p. 88). Dessa madrugada de março de 1964, data referente ao início dos eventos que resultaram no Golpe civil e militar, até 15 de janeiro de 1985 o Brasil viveu um regime ditatorial, onde foram extintos os direitos constitucionais, marcado pelas inúmeras perseguições políticas, a censura aos meios de comunicação e aos artistas, marcado também pela repreensão aos que eram contra o regime militar. Esse período da história do Brasil, ainda exibe suas tristes marcas, são inúmeros os desaparecidos, corpos que seus familiares esperam ser encontrados para receberem um enterro decente. Na luta pela abertura dos arquivos da época, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que é responsável por investigar as graves violações dos direitos humanos, como a tortura. Na década de 60 o Brasil vivia uma grande crise, tanto na economia quanto na política, o que de fato “facilitou” o golpe, como nós podemos observar nesse trecho: *“O golpe de 64 ocorreu num momento de crise da economia brasileira e de grandes mobilizações operárias, estudantis e camponesas em torno de reformas políticas e institucionais de cunho nacionalista, defendidas pelo governo Jango, chamado reformas de base”* (HABERT, p.7,2001). Existiam razões para uma intervenção apoiada numa série de manifestações provocadas pela pressão civil e também militar.

A derrubada de João Goulart, que era o presidente na época, em 1964, uniu um agrupamento heterogêneo da sociedade, embora muitos livros didáticos não utilizem o termo civil-militar, as pesquisas atuais já trazem a participação dos civis no golpe de 64. Os setores da sociedade que participaram do movimento civil-militar tinham em comum algumas expectativas: a repressão aos movimentos das classes dominadas, o “fim do comunismo” e a reorientação econômica (SIMÕES, 2004). Esse envolvimento não significou a participação no poder do novo Estado, que ficou nas mãos dos ditos vitoriosos, tais como a burguesia multinacional, a grande burguesia nacional e os militares, está última classe que ficou responsável por gerir o país no revezamento dos militares no poder. O regime se estabeleceu

através dos Atos Institucionais, no total foram cinco, o primeiro AI-1, elaborado pelo jurista Francisco Campos, tinha como objetivo fortalecer o Poder Executivo e concedia ao presidente poderes suficientes para suspender direitos políticos, cassar mandatos e exonerar funcionários públicos.

O governo de Castelo Branco foi o primeiro após o Golpe, (1964-67) marcando o início do regime militar brasileiro. Esse período foi marcado pela reorganização do estado e o redirecionamento da economia, segundo Maria Helena Simões, surgiu imediatamente algumas das crenças contemporâneas, de um lado o que se ouvia era um discurso tecnocrático justificando a realização dos objetivos da grande burguesia como se fossem os de toda a Nação, ou seja, esse novo discurso ocultava a política de dominação, que logo seria apresentada aos brasileiros. Por outro lado à eficiência atribuída à criação do “Superministério do Planejamento”, o qual passou a interferir em todos os outros, menos no do SNI (Serviço Nacional de Informação), essas duas características já se direcionavam para um regime ditatorial. Seu governo também foi marcado pelo início do ciclo de reformas e modernização institucional, como podemos perceber nessa passagem do livro *A década de 60*:

(...) De fato, através das reformas financeiras, fiscal e administrativa foram lançadas as bases para o modelo capitalista pretendido, no qual a economia se assentaria no tripé: capital multinacional, grande capital nacional e capital estatal. As reformas abriram ainda o caminho para o aprofundamento da intervenção estatal na economia, traço que acentuaria nos governos militares seguintes. (SIMÕES, 2004, p.47).

Nesses três primeiros anos de intervenção militar, 1964-67, o setor que se destacou foi à economia, tanto no seu lado negativo como no positivo. Apesar da modernização em alguns setores industriais, e reformas tributárias e financeiras, o país também seguia com o aumento da dívida interna e uma política econômica marcada pela recessão para controlar a inflação, resultando em falências e desempregos. Outra medida de intervenção econômica imposta foi a do “arrocho” salarial, que tinha como objetivo controlar o salário dos brasileiros, o governo acabava com a negociação direta entre patrões e trabalhadores, estabelecendo índices de reajustes salariais baseando-se em cálculos da inflação dos meses anteriores, mantendo os salários mais baixos da inflação real (SIMÕES, 2004). O que ficou nítido nesse tempo foi a parceria entre os militares e as multinacionais, principalmente americanas, as quais apoiaram o golpe. O crescimento econômico continuou em seu ritmo de privilegiar “poucos” e prejudicar “muitos” nos anos seguintes. Costa e Silva (1967 – 69), foi o presidente responsável pelo famoso “milagre brasileiro”, que de acordo com Maria Helena Simões, baseava-se numa política fiscal de incentivos e isenções, que

beneficiava especialmente o grande capital nacional e o multinacional. Aspectos que atraíram o capital estrangeiro, em forma de investimento e empréstimos. O resultado de suas medidas foi o crescimento do setor industrial diretamente ligado ao setor bancário, sendo uma época de muitas fusões de empresas e concentração de capital. Embora esse crescimento tenha acontecido em tão pouco tempo, o que não mudou foi a situação do trabalhador, o “milagre” só privilegiou empresas multinacionais e a classe média urbana que teve seus salários esticados nas estatais e empresas privadas. O “arrocho” impedia que essa expansão na produção industrial melhorasse as condições do proletariado.

Nos primeiros seis anos do regime militar, a educação também sofreu intervenção, tanto o ensino fundamental como o ensino superior, sofreram uma desestruturação, segundo Maria Helena Simões, a política deliberada dos governos militares favoreceu o ensino particular, antes do regime o ensino público era superior ao ensino particular, depois do regime o ensino público piorou, e até os dias atuais as escolas particulares estão à frente das públicas. A privatização do ensino foi dita como regra em 64, já que 75% dos alunos matriculados no ensino superior frequentava universidades particulares. Essa porcentagem é um panorama da intervenção militar no ensino. (p.42)

Já década de 70, conforme Nadine Habert, o Brasil viveu o período mais ácido da Ditadura Militar, os anos do governo do general Médici (1969-74), o qual ficou marcado por inúmeros casos de tortura, onde foi institucionalizada a censura aos meios de comunicações – Tv, jornais, rádio, e aos artistas brasileiros que através de seus trabalhos realizavam manifestos contra o regime, principalmente na música, no teatro e nas artes plásticas. A repressão a qualquer tipo de resistência ganhou força, todo e qualquer ato seria punido em nome da “Segurança Nacional”. O milagre da economia continuava em vigor, o crescimento apresentado pelo governo era a propaganda oficial da ditadura. Os números positivos apresentados não significavam o sentimento da maioria dos brasileiros, pois o tal “milagre” do governo era produto de uma exploração capitalista, onde se era sustentado por três pilares básicos: aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às duras condições de trabalho e a repressão política, a ação do Estado garantido à expansão capitalista, e por fim, a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimos, essa era a receita do milagre econômico brasileiro.

Na década de 70, também foram lançadas as grandes propagandas de patriotismo, aquela frase bastante conhecida “Brasil ame-o, ou deixe-o” foi um dos slogans criados para

estabelecer um clima de progresso e satisfação social, orientadas pela AERP (Acessória Especial de Relações Públicas). Outro exemplo bastante conhecido é a seleção brasileira, a qual foi utilizada como afirmação da paixão verde amarela. Essas propagandas, de acordo com HABERT, ganharam bastante força por conta da modernização dos meios de comunicação, principalmente da TV, com os investimentos estrangeiros trazidos pelos militares, ela tinha o papel de difundir a ideologia do governo. A rede Globo, emissora mais popular no país, foi beneficiada e apoiou o regime ditatorial brasileiro, seu principal telejornal – *Jornal Nacional*, “concidentemente” teve sua primeira edição posta no ar justamente no dia da posse da Junta Militar (31 de agosto de 1969), fato que encaminhou a escolha do General Médici alguns meses depois.

Na contramão da modernização dos meios de comunicação, a censura figurou por quase todo regime militar. Jornais, revistas, livros, filmes, músicas, ensino e tantas outras manifestações que apresentassem uma ideia de resistência ao regime eram duramente silenciados. Os militares utilizavam do AI-5, para ampliar a vigilância contra os ditos “opositores”. Era comum a presença da Polícia Federal nas redações de revistas e jornais, nas emissoras e nos programas de rádio. “Havia uma longa lista de palavras e assuntos proibidos e sobre certos temas as redações recebiam versos oficiais já prontas” (HABERT, 2001). Todo conteúdo produzido por artistas e jornalistas passavam por uma análise, qualquer crítica ao governo seria censurada. Discos tinham faixas riscadas, e às vezes nem saiam das gravadoras. Muitos músicos foram exilados, tais como Caetano Veloso e Gilberto Gil, fundadores do movimento Tropicalismo, o qual utilizavam suas letras de músicas para fazer inteligentes críticas ao regime militar. A arte, a informação, a cultura e a liberdade foram cassadas pelo regime militar, o Brasil vivia seus anos mais sombrios. Podemos notar um exemplo do clima vivido nessa época nesse trecho: “Os telefones podiam estrar grampeados. Um toque de campanha podia ser o começo de um pesadelo. Se as portas fossem arrombadas pela polícia para detenção ou sequestro, podia ser a ultima vez que se via aquela pessoa, como aconteceu com ex-deputado Rubens Paiva, em 1971; um entre inúmeros casos”. (HABERT, p.31, 2001).

Muitas pessoas sumiram durante o regime militar, dentre elas estudantes que foram torturados, e muitos deles mortos. A tortura é um dos assuntos mais polêmicos da Ditadura Militar Brasileira, pois ainda existe uma obscuridade e poucos culpados foram punidos pelos seus atos. Os partidos de esquerda eram os alvos prediletos do governo, dentre eles os principais foram o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, que junto a UNE se manifestavam e resistiam contra o autoritarismo do governo. Entre 1974 e

1976, houve uma onda de prisões, torturas e assassinatos. Algumas delas aconteceram nas dependências do DOI-CODI em São Paulo, um dos casos que veio a público e provocou uma grande indignação e revolta com amplo movimento de protesto, foi o do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. A morte dele foi justificada como ato de “suicídio” pelas autoridades, que costumavam falsificar laudos médicos para acobertar as diversas mortes que aconteciam nessas prisões e salas interrogatórias. Porém, a insatisfação popular só aumentava a cada morte e atos repressivos do governo, muitas famílias começaram a abrir processos contra o Estado pelo desaparecimento de seus entes. A pressão foi tanta que forçou o presidente Geisel a trocar o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, pelo general Dilermando Gomes Monteiro. A Ditadura começou a demonstrar os seus primeiros sinais de desgaste, segundo HABERT, a campanha da Anistia tomou folego na segunda metade da década de 70, a pressão foi tanta que a União, por decisão judicial, foi responsabilizada pela morte do jornalista, mas nenhum torturador foi punido.

Outro sinal da “abertura” política foi o início do fim da censura prévia, pelo menos para alguns grandes jornais, como o Estado de São Paulo, mas logo em 1978 a imprensa em geral também receberia esse privilégio. Fato que não ocasionou no fim da repressão e das perseguições. Nessa época os movimentos sociais lutavam bravamente pelo fim do AI-5, que foi posto para revogação no segundo semestre de 78. Mas, o governo utilizou outro meio para continuar com algumas atribuições advindas do AI-5, com a criação do conjunto de medidas denominadas “salva guarda constitucionais”, medidas que permitiam ao poder Executivo instituir o “Estado de Emergência” em casos de “Segurança Nacional”, possibilitando o governo a suspender garantias individuais e públicas, e atribuir amplos poderes às Forças Armadas. Com a queda do AI-5, outras leis mais ostensivas da ditadura caíram, como a pena de morte e a prisão perpetua.

A pressão dos movimentos populares contra o regime militar cresceu bastante nessa década de 70, que já não contava com o “milagre econômico” para justificar medidas autoritárias. Movimentos como o do *Custo de Vida*, *Contra a Remoção dos Favelados*, *Pela Regulamentação dos Loteamentos Clandestinos*, dentre outros, nasciam em bairros e se espalhavam pela cidade. O crescimento desses movimentos representou uma nova era de organização social, “Expressaram profundas transformações nos seus valores, no seu comportamento, nas formas criativas de se organizarem” (HABERT, p.55). O surgimento da resistência coletiva, que nasceu nos bairros, foi de grande importância para o enfraquecimento do regime militar.

O processo de “abertura” política adentrou a década de 80, conforme RODRIGUES (1992), caberia ao então presidente João Batista Figueiredo dar continuidade e possibilitar o retorno da democracia ao país. Porém, algumas de suas medidas entravam na contramão da democracia como a Lei da Anistia, a repressão às greves, interferências nos sindicatos e decretos que cercavam as manifestações estudantis. Nesse período a libertação do país também passou a ser interesse da grande burguesia, por conta da falência do “milagre econômico” (1974-79) e já consolidada pelo capitalismo, a classe entendia que a abertura política seria mais vantajosa do que a atual conjuntura. A greve dos siderúrgicos do ABC paulista foi um bom exemplo das mudanças que haviam acontecido nos movimentos sociais, sua organização e apoio de órgãos como a Igreja Católica e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), significou muito na luta contra o regime e nos interesses da grande burguesia. As pressões populares também foram de grande importância para a vitória da abertura. Dentre elas, a maior em significância para o fim do regime, foi das “Diretas já”. Milhares de pessoas foram às ruas na luta pela redemocratização do país. A campanha pró-diretas tomou proporções gigantescas e um espaço de tempo considerado curto, como podemos observar nesse trecho do livro *A década de 80. Brasil quando as multidões voltou às praças*:

Em todo o País, entre janeiro e abril de 1984, realizaram-se nas capitais e principais cidades comícios que reuniram multidões. O maior deles aconteceu no Anhangabaú, em São Paulo, ao qual compareceram cerca 1,7 milhão de pessoas que, sob um clima de absoluto entusiasmo, entoaram o estribilho “um, dois, três, quatro, mil, queremos eleger o presidente do Brasil” e o “Caminhando”, música de Geraldo Vandré, quase hino da campanha. (RODRIGUES, p.18-19, 1992).

O regime militar estava com seus “dias” contados, a pressão popular, liderados por partidos, principalmente da esquerda, enfraqueciam as estruturas do governo. O país, quase inteiro, estava mobilizado, as multidões invadiam as praças clamando e cantando por mudança. A pressão resultou na criação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira, 25 de abril de 1984, criada pelo Deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), a emenda tinha como objetivo o restabelecimento das eleições diretas, porém essa primeira tentativa falhou no plenário, quando posta a votação não obteve os 2/3 dos votos necessários para à sua aprovação. No entanto, a emenda continuou sendo clamada pela população, que segundo o IBOPE da época, 80% dos brasileiros eram a favor de sua aprovação (SILVA, 2007). A campanha das diretas já continuou pelas ruas de todo país, entidades civis como a OAB, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a APM (Associação Paulista de Medicina), participaram ativamente da campanha. Na segunda metade de 84 surgiram

algumas as primeiras conversas sobre uma possível conciliação de interesses, o qual resultaria na candidatura de Tancredo Neves, que na época era governador de Minas Gerais pelo partido PMDB.

Após muitas conversações, um acordo entre a Frente Liberal e o PMDB, com o nome de Aliança Democrática foi concretizada, o nome do presidente que assumiria o poder no ano seguinte seria o de Tancredo Neves, ainda sem eleição direta, mas com o fim dos mandatos dos militares na presidência. As eleições indiretas foram aceitas por partidos que lideraram as “Diretas já”, segundo Marly Rodrigues, eles aceitaram a permanência das eleições indiretas uma vez que o acordo político garantira o número de votos necessários à eleição de seu candidato pelo Colégio Eleitoral. No mês de janeiro do ano seguinte Tancredo Neves foi eleito por 480 votos contra 180 outorgados a Paulo Maluf. Era o início intitulado pelo projeto de Ulyses Guimarães como “A Nova República”, nela haveria eleições diretas, dentre outras medidas importantes na área constitucional. A vitória de Tancredo decretou o fim da era de presidentes militares no Brasil. Embora não tenha assumido o cargo de presidente, pois seu estado de saúde não o permitiu, em seu lugar assumiu o então vice-presidente José Sarney, no dia 15 de março de 1985. Tancredo faleceria em abril do mesmo ano. A notícia de sua morte trouxe uma grande comoção nacional.

Três anos após o fim da era dos presidentes militares, em 5 de outubro de 1988, foi estabelecida a nova Constituição brasileira, a qual seguimos suas diretrizes até os dias atuais. Dentre as varias leis e medidas, a Constituição restringe o poder das Forças Armadas, para garantir a dos poderes constitucionais impedido, teoricamente, um novo Golpe. Liberdades individuais e eleições diretas também fazem parte das principais medidas, como também a influência popular no Legislativo.

O fim da Ditadura Militar Brasileira representou o início da “Nova República”, com a redemocratização e a criação de uma nova Constituição Federal. Melhorias nos setores trabalhistas e garantias de alguns direitos, como a liberdade de expressão e a não interferência do Estado nas organizações sindicais, indicou uma nova configuração política. Apesar das desigualdades que persistem no país, é inegável o alívio de todos os reprimidos do regime militar.

3.2. A Ditadura Militar Brasileira nos Livros Didáticos

O primeiro livro analisado foi “*A escrita da História*”, Vol. 3, produzido pela

editora edições escala educacional s/a, São Paulo, 2010, de Flávio de Campos²⁰ e Regina Claro²¹. Este livro foi utilizado pelos alunos do 3º ano no Colégio Estadual Professor Arício Fortes, Aracaju-SE, no ano de 2012 e 2013, com validade pelo PNLD 2012,2013 e 2014, registrado com o código de verificação 25024C0603. A partir do próximo parágrafo, vamos nomear a obra didática como LD1, para facilitar na identificação quando comparamos com outras obras didáticas. No edital de aprovação deste livro o MEC traz mudanças nos objetivos do ensino de História, conforme, Wendell Souza²², em seu artigo *O Programa Nacional do Livro Didático no Ensino de História* (2014), o objetivo do livro não será mais a formação básica para o exercício da cidadania, mas, a diferenciação do processo histórico de sua produção. O ensino de História estaria voltado para a produção do conhecimento histórico, tendo como princípio norteador à utilização da pesquisa. Tais mudanças nos objetivos serão encontradas nos livros didáticos que buscam influenciar os estudantes a produzirem esse conhecimento histórico, através de uma visão histórica dos fatos.

O conteúdo referente à Ditadura Militar Brasileira é encontrado no LD1 no capítulo sete (p.168 – 204), denominado como *A era da Contestação*. O capítulo é dividido em cinco subcapítulos, os quais estão ligados pelas manifestações populares, por isso o autor utiliza o título “A era da contestação”, para defini-lo. Os subcapítulos são: *Sob o signo de Saturno, O fim dos impérios coloniais na Ásia e na África, “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”, A era de aquário no Brasil e Navalha de Carne*.

No subcapítulo *Sob o signo de Saturno* (p.170-173), o autor trabalha o início da Ditadura Militar Brasileira. Esse título é referente a uma analogia que o autor faz na introdução do capítulo sete (p.169), citando a mitologia greco-romana na explicação da história de criação dos deuses pelo universo. Para tratar o Golpe de 64, ele faz uma ponte com o mito de Saturno, que segundo a lenda, era um Deus que se revoltou contra o seus pais, Urano e Geia, para conseguir poder e liberdade de governar o mundo, e assim que conseguiu, aprisionou seus irmãos e devorou seus filhos por receio de perder o seu poder. Conforme CAMPOS, no Brasil a aliança entre os setores civil e militar pôs fim ao populismo. Em nome da liberdade, da ordem, da segurança nacional, o presidente Goulart foi deposto e um novo governo iria se formar a partir dessa nova aliança, mas, no entanto como na mitologia grega, o

²⁰ Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

²¹ Mestre em História Social Pela Universidade de São Paulo e autora de livros didáticos e paradidático com temática africana.

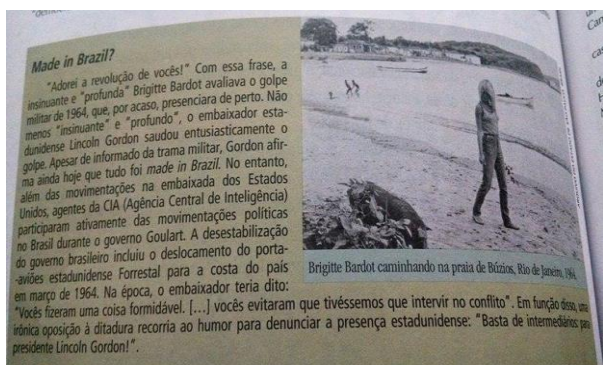
²² Graduando do curso de História pela UFRN.

golpe de 64, seria o próprio Saturno, e também devoraria seus filhos como também derrotaria seus pais. É através dessa analogia que ele traz uma pequena introdução do regime militar brasileiro.

Nas páginas seguintes (170 – 173), o autor apresenta os primeiros passos do Golpe, como podemos observar nesse trecho retirado do livro:

A intervenção militar era anunciado como passageira e saneadora dos “desmandos provocados pela infiltração esquerdista do país”. Tratava-se, segundo seus autores, de uma verdadeira missão salvacionista, na qual as Forças Armadas assumiam uma função tutelar da sociedade, como haviam ensaiado à época da crise do regime monárquico e posteriormente, com o movimento tenentista, a Revolução de 30 e o golpe de 1937, e diversas vezes durante o regime populista, a maioria dos jornais de todo o país saudava a vitória do movimento *democrático*. (p. 170).

A linguagem utilizada é bastante simples e objetiva. Nessa primeira parte ele utiliza também pequenos textos extras, que servem como leituras complementares como podemos ver nas imagens a baixo:



Imagens retiradas do livro didático “A Escrita da História” (2010, p.170 - 171)

Pelas nossas análises os textos manifestam uma posição neutra, sem apologia a Ditadura, ou extremismo sentimental contra o Golpe. O que devemos refletir nessas primeiras páginas são as imagens postas de forma pacífica para ilustrar um momento conturbado. Na primeira imagem, retirado do Acervo do Estado de São Paulo, para retratar o texto *Made in Brazil*, o qual se refere a um depoimento de uma americana chamada Brigitte Bardot, avaliando o golpe militar de 64, com a seguinte frase “Adorei a Revolução de vocês”, assim como os elogios do embaixador estadunidense Lincon Gordon, sobre a ação militar e civil brasileira. Na imagem, uma mulher anda calmamente por uma praia de Búzios, Rio de

Janeiro, no ano de 1964, o que transmite uma sensação de paz. O *Made in Brazil*, significa um termo usado pelo embaixador americano, para afirmar que o golpe foi totalmente responsabilidade dos militares e civis brasileiros, porém CAMPOS, explica que houve sim a participação americana, principalmente com o deslocamento de porta aviões estadunidense Florestal, para costa do país. A problemática está na imagem, para alunos de um país considerado por inúmeras pesquisas como deficiente em leitura, um olhar rápido e uma má interpretação pode gerar uma falsa impressão, mesmo que o texto explique exatamente o que aconteceu, há de se pensar no que se é passado nessa ilustração.

O mesmo problema é encontrado na imagem do texto seguinte, o qual trata as perseguições dos militares sobre a UNE (União Nacional dos Estudantes) e o jornal *Ultima Hora*. Embora as palavras falem de atitudes violentas como o autor escreve na primeira linha “*O Brasil assistia a uma intensa escalada de violências*” (p.171), as imagens não conseguem acompanhar o texto, o que notamos é a representação simples de um ato de manifestação, o qual não justifica as ações violentas cometidas pelos militares.

Nas páginas seguintes do LD1, o autor traz um detalhamento dos Atos Inconstitucionais, e descrição das medidas impostas por esses “atos”. A escolha por essa abordagem é as que se encaixam nos padrões normais, já que para entender o regime militar brasileiro, os “AI-S” servem como o dorso do tema. Neles estão as principais características do governo autoritário, como o fim das eleições diretas para presidente descrito no AI-2. O autor também privilegia a questão política, como o Reagrupamento do Parlamento. A manifestação contra a Ditadura nos discursos de Carlos Lacerda e a formação da Frente Ampla com ex-presidentes exilados, liderada pelo o mesmo, é o destaque final do capítulo. Logo após, o LD1 traz uma “Verificação de Leitura”, que mais parece uma questão do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), encerrando a primeira parte dos assuntos relacionados à ditadura.

O LD1 volta a abordar a Ditadura Militar brasileira no capítulo 4, denominado “A Era de Aquário no Brasil” (p.189-193). Iniciando o capítulo com a continuidade das medidas providas dos A-I’s, e citando a Lei da Segurança Nacional para representar a fase mais dura da ditadura em 1967. O autor trabalha também a manifestação de protestos, com a luta dos estudantes, da Frente Ampla, dos intelectuais, camponeses e operários, que se organizaram em grandes manifestos exigindo o fim da ditadura. Faz descrições de como eram os confrontos entre manifestantes e policiais, como podemos observar nesse trecho do LD1:

De um lado, bombas de gás lacrimogênio, cavalaria, cassetetes, espadas e tiros. De outro, lenços e garrafas com água ou amoníaco (para suportar o efeito do gás), bolinhas de gude e rochas (para derrubar os soldados de seus cavalos), coquetéis, molotov, faixas contra a ditadura e palavras de ordem que revelavam as disputas pela hegemonia do movimento. (CAMPOS, p.190, 2010).

O autor também traz as manifestações culturais como complemento do conteúdo, em um dos seus textos complementares, ele introduz o Cinema Novo, um importante movimento cinematográfico liderado por Glauber Rocha. Essa abordagem trazida pelo autor é de grande valia, pois, os filmes de Glauber trazem um enriquecimento crítico e uma abordagem histórica diferenciada. Assistir algo produzido na época do regime militar possibilita uma visão do clima e das condições culturais e artísticas daquele momento.

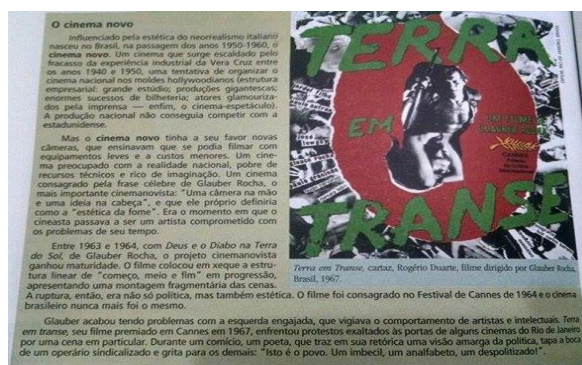
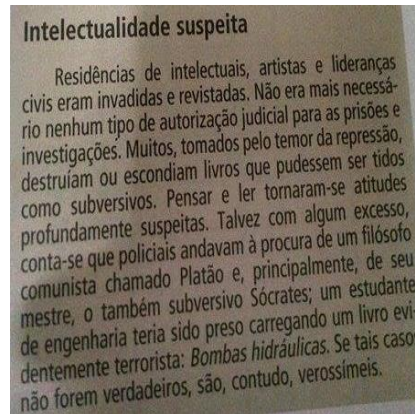
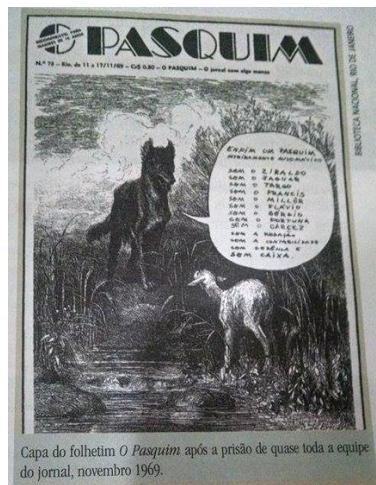


Imagem retirada do Livro didático *a Escrita da História* (2010, p.192)

Nas páginas seguintes do LD1, mas precisamente na página 192, o autor traz algumas das canções criadas na década de 60, com intuito de demonstrar a insatisfação e a resistência dos intelectuais, que utilizavam da arte para demonstrar sua resistência contra o regime. Dentre os trechos das músicas escolhidas pelo autor estão: Olê, Olá (Chico Buarque, 1965), Roda-Viva (Chico Buarque, 1967), Pra não dizer que não falei das flores (Geraldo Vandré 1968) País Tropical (Jorge Ben Jor, 1969), dentre outras. Essa maneira de entender o regime militar, ou qualquer outro tema, através das manifestações artísticas, como música, cinema, artes plásticas, são eficientes, inúmeras pesquisas anotam o crescimento da aprendizagem através dessas novas abordagens.

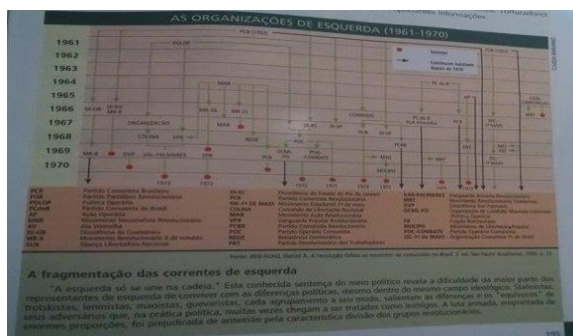
Para finalizar o capítulo o autor mais uma vez utiliza da explicação dos AI's, desta vez destaca o AI-5, o qual foi importante para consolidação da Ditadura no país, com a complementação de uma charge do jornal PASQUIM, que sofreu perseguições e teve boa parte de sua equipe presa pelos militares. Junto ao recorte da imagem retirado do folhetim de novembro de 1969, o autor expõe um texto chamado *Intelectualidade suspeita*, que descreve

justamente as perseguições realizadas pelos militares contra os intelectuais.



Imagens retiradas do livro didático “A escrita da História” (2010, p.193).

Adentrando no último capítulo denominado “Navalha da Carne” (p.194-205), o autor finaliza o conteúdo referente à Ditadura Militar Brasileira, abordando temas como a Repressão, Resistência, e O Milagre Brasileiro. Traz algumas tabelas e mapas para retratar as Organizações de Esquerda (1969 -1970) e A Guerrilha do Araguaia. Assim, como dois gráficos para ilustrar o desenvolvimento do país durante o *milagre brasileiro*. Pelo nosso ponto de vista a tabela que ilustra as Organizações de Esquerda aparenta ser confusas de se entender, contudo, os gráficos para representar o *milagre*, apresentam-se de forma mais simples, facilitando a compreensão, como também o mapa da Guerrilha do Araguaia, que não traz aos estudantes dificuldade de interpretação, como podemos observar nas imagens a seguir:





Mapa “A Guerrilha do Araguaia” *A escrita da História* (2010.p.196)



Gráfico do PIB 1964 a 1973. *A escrita da História* (2010 p.197).

Classe	1960 (em cruzeiros de 1953)		1970 (em cruzeiros de 1953)		Aumento em % da renda per capita
	% da renda total	renda per capita	% da renda total	renda per capita	
A	11,7	8.350	17,8	17.700	112,0
B	15,6	2.780	18,5	4.590	65,0
C	27,2	1.295	26,9	1.780	37,5
D	27,8	662	23,1	768	16,0
E	17,7	253	13,7	272	7,5

Obs.: 1. Classes: A — os 1% de renda mais elevada; B — os 4% logo abaixo na escala de repartição da renda; C — os 15% seguintes na escala; D — os 30% seguintes; e E — os 50% de renda mais baixas.

Fonte: SINGER, Paul. A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 16.

Prosperidade e exclusão social

A prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiava do "milagre econômico". A concentração da renda nacional tornou-se mais intensa, acentuando as desigualdades sociais e regionais. Além disso, as condições de vida da população mais pobre foram se deteriorando pela redução dos gastos públicos nas áreas de educação e saúde, preteridas pelas áreas de segurança e transportes. O Brasil ia bem. Os brasileiros nem tanto.

Distribuição da Renda no Brasil: 1960 a 1970. *A escrita da História* (2010, p.197).

Finalizando o capítulo, o autor traz uma oficina de História, nela encontramos algumas leituras complementares, que se interligam com atividades que os alunos devem resolver. No início é trabalhado o texto de Helena Salem, *Teoria da libertação*, que aborda a liberdade religiosa através de pensamentos de filósofos como o Karl Marx, logo após o texto os alunos devem responder um questionário relacionado à temática. Em seguida, eles devem realizar interpretações de imagens que estão relacionadas ao texto “Como a propaganda age sobre o consumidor”, explicando a lógica da ideologia imposta nas propagandas, trazendo como exemplo as propagandas criadas no regime militar. A oficina de História é encerrada com questões do Enem, de provas de Bancas realizadoras de concursos públicos, como a

Cesgranrio-Rj, e de Universidades como a PUC, UFMG, FGV, dentre outras. As questões se baseiam principalmente na interpretação de textos e imagens, os quais são frequentes nas provas do Enem.

Pelo que foi visto no LD1, podemos afirmar que o livro apresenta um conteúdo coerente. Não foi possível identificar apologias, porém, em alguns momentos, entendemos que o livro traz assuntos de forma complexa e imagens que podem confundir os alunos mais desatentos. Notamos também características que consideramos positivas, como os textos complementares que trabalham as manifestações culturais da época, e temas relacionados à censura e tortura, os quais são os mais delicados de se trabalhar em sala de aula.

Dando continuidade em nossas análises, vamos fazer uma comparação entre duas obras didáticas de diferentes épocas, porém do mesmo autor e da mesma editora, para que possamos visualizar melhor as diferenças entre ambas, entendendo o processo de mudança estabelecido pelo PNLD. O LD2 representará o livro de 1999, sem aprovação do PNLD, pois ainda não era utilizado esse método para os livros de história, e o LD3 representará o livro produzindo em 2013, aprovado pelo PNLD, para ser utilizado esse ano. O LD2: História e Consciência do Brasil, Vol 2, elaborado por Gilberto Cotrim²³, e produzido pela editora Saraiva, São Paulo – SP, foi utilizado no ano de 2001, por um aluno da Escola Estadual Gumerindo Bessa. O LD3: História Global, Brasil e Geral, elaborado também por Gilberto Cotrim, e produzido pela editora Saraiva, São Paulo – SP, foi distribuído para escolas públicas de Sergipe no ano de 2014, para que os professores utilizem, caso optem pela obra, em 2015. É importante ressaltar que a comparação não serve para justificar que um livro é melhor que o outro, apenas queremos demonstrar as mudanças que o tempo e o PNLD trouxe para os livros didáticos.

No primeiro instante o LD2 traz o tema da Ditadura Militar com uma imagem de uma Hidrelétrica, o qual representa o progresso. Apesar de utilizar a frase “O Brasil cresceu durante a Ditadura. Cresceu a riqueza de poucos. Cresceu a miséria de muitos”, a imagem se apresenta como uma problemática, pois introduz de início algo positivo ligado ao tema. Já no LD3, o autor traz a imagem de um objeto popular da época do regime, que representa uma crítica ao governo, como podemos notar nas imagens abaixo:

²³ Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie. Atualmente é Professor de História na rede particular de ensino.

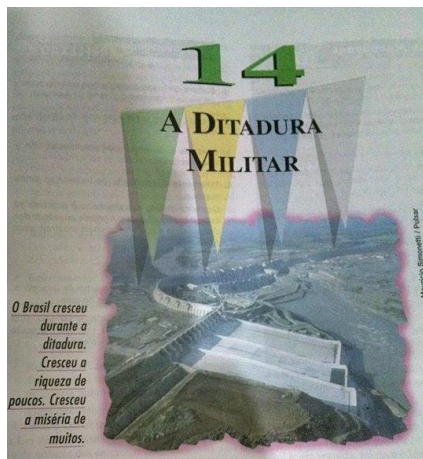


Imagem do LD2

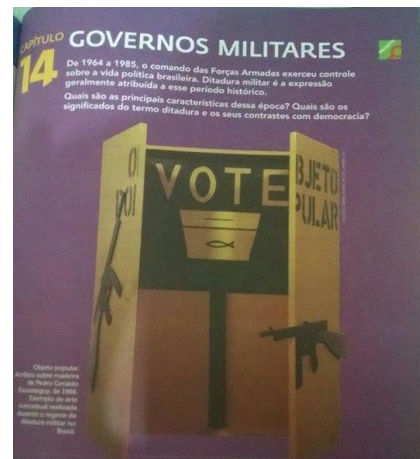


Imagem do LD3

São nítidas as diferenças, o LD2 não transmite a mesma atmosfera que o LD3 na representação do clima tenso que foi a Ditadura Militar Brasileira. Nessa pequena demonstração encontramos as características ideológicas presentes de cada época. Com essas simples ilustrações podem afirmar que o processo de evolução dos livros didáticos é resultado do processo de aperfeiçoamento do PNLD. Apesar dos livros possuírem a mesma editora e autor, as características presentes nessa primeira página já servem como parâmetros de nossa análise. É evidente que o conteúdo no geral se aproxime, como o do LD1, porém a divulgação desse conteúdo é o centro de nossa pesquisa. São evidentes as mudanças provocadas pelo processo de seleção do PNLD, as editoras trabalham em cima do que é pedido, e o que é pedido é resultado das preferências da classe dominante, a qual tem o controle do Programa. Esse pequeno exemplo que apresentamos justifica o processo, em 1999, não existiu um edital que moldasse o livro, as editoras tinham a “liberdade” de edição dos livros. Já em 2014, os livros só são aprovados e comprados pelo governo, no instante que ele atente seus objetivos para o modelo de ensino proposto. Portanto, os livros didáticos são retratos de ideologias do tempo que são produzidos.

Considerações Finais

Diante do que foi apresentado, notamos que o livro didático tem um papel fundamental na formação dos estudantes brasileiros, pois ele, muitas vezes, é o único material disponível para leitura e pesquisa dos discentes e docentes, e também é o responsável pela divulgação de uma ideologia da classe dominante. Sua modernização através de programas sociais inaugurou um mercado lucrativo para as editoras. O mercado do livro didático movimenta milhões de reais todos os anos, o que o torna o livro um produto rentável para o

capitalismo. Conforme Bittencourt “O livro didático, é antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização”. (BITTENCOURT, 2010). O governo investe cada vez mais, e exige das editoras os padrões estabelecidos pelo PNLD. Esses padrões representam a forma que o governo acredita ser a ideal para o ensino público, o que proporciona nas edições dos livros didáticos características particulares de cada época.

Podemos notar que as representações da Ditadura Militar Brasileira nos livros didáticos atuais apresentam um modelo que busca a compreensão interpretativa dos textos. Os padrões atuais requerem uma interligação entre o passado e temas presentes que fazem parte do cotidiano do aluno, para que ele possa construir sua consciência histórica (RÜSEN, 2011.). Foi possível perceber também o quanto o PNLD contribuiu para o melhoramento dos conteúdos, pois, o processo de escolha evita que haja predileção e apologias a seguimentos teóricos e correntes políticas. O regime militar é apresentado nos livros com coerência, não havendo tantas restrições para tratar de assuntos mais delicados como a tortura, mesmo que de forma rasa. Apesar da evolução e desenvolvimento do tema nos livros, temos consciência de que ainda é preciso melhorar muitos pontos, como algumas imagens que apresentam uma confusão entre o que é lido e o que é visto.

Por serem tão fundamentais para a aprendizagem dos estudantes brasileiros, os livros didáticos necessitam que os professores também estejam preparados e que saibam utilizar da melhor forma seus conteúdos. Sua função é de instruir o uso do material didático e sanar, da melhor forma possível, todas as dúvidas. É dele também o papel de ser neutro, não privilegiar determinadas correntes ideológicas nem vestir camisas de causas que não contribuam no desenvolvimento escolar do aluno. Sendo assim, o livro didático fica “refém” do professor, é dele a capacidade de transformar os rumos de sua utilização, pois, não adianta ter um ótimo livro nas mãos de um Professor pouco preparado para a função, como também um ótimo Professor pode transformar um livro ruim em um material viável para educação dos seus alunos.

Referências:

CAMPOS. Flavio de. **A Escrita da História 3**/ Flavio de Campos, Regina Claro. – 1ed. – São Paulo: Escala Educacional, 2010.

COTRIM. Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. 14ª ed. – São Paulo: Saraiva, 1999.

COTRIM. Gilberto. **História Global. Brasil e Geral**. 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 11 ed. – São Paulo: Cortez, 1994.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **O livro didático de história no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. 1ed. – São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. - São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GATTI, Júnior Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970 – 1990)**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

HEBERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. – São Paulo, Ática 1992.

HELENA, Maria Simões. **A década de 60: Rebeldia, contestação e repreensão política**. – 3 ed. São Paulo, Ática.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80: Brasil quando a multidão voltou às praças**. – São Paulo, Ática.

MANTOVANI. Katia Palilo. **O programa nacional do livro didático – PNLD. Impactos na qualidade do ensino público**.

Disponível em : <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/pt-br.php>. (Acessado no dia 11 de Novembro de 2014)

MATTOS. Julia Silveira. Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: Uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. Disponível em:

<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268>. (Acessado no dia 6 de janeiro de 2015).

MELO, Fernando Garcez de. **Política do livro didático para o ensino médio: fundamentos e práticas**. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

REGINA, Sandra Rodrigues do Amaral. **Políticas públicas para o livro didático a partir de 1990: O PNLD e a regulamentação das escolas do professor**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspublicaparaolivrodidatico.pdf>. (Acessado no dia 20 de Dezembro de 2014.).

SOUZA, Wendell de Oliveira. **O programa nacional do livro didático e o ensino de História (2004-2014): da construção da cidadania ao pensar historicamente**. Disponível em: <http://www.rn.anpuh.org/evento/veeh/ST08/O%20Programa%20Nacional%20do%20Livro%20Didatico%20e%20o%20ensino%20de%20Historia%20%2820042014%29%20da%20Construcao%20da%20Cidadania%20ao%20Pensar%20Historicamente.pdf>. (Acessado no dia 3 de janeiro de 2015).